

BIBLIOTECA DO D.A.S.P.

ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DO CANADÁ

(Monografia de autoria de Charles H. Bland, traduzida do livro "Civil Service Abroad", por Lydia de Queiroz Sambaquy, ajudante técnico da Biblioteca do DASP)

O "Social Science Research Council", dos Estados Unidos, nomeou em 1933, com a aprovação do Presidente Roosevelt, uma Comissão para estudar todos os problemas que se relacionassem com a administração do pessoal do serviço público civil. Os resultados obtidos, depois de cuidadosas pesquisas, deveriam ser apresentados ao Governo americano, juntamente com um programa de reformas.

Essa Comissão ("Commission of Inquiry on Public Service") é a primeira organizada com tal finalidade na história da América.

Do material de informação e de sugestões por ela colhido para essa série de estudos especiais, fazem parte monografias elaboradas por pessoas de reconhecida competência e submetidas ao seu julgamento pelos respectivos autores.

Charles H. Bland, autor do trabalho que se segue, foi nomeado membro da "Civil Service Commission of Canada" por vir trabalhando há vinte e quatro anos em pesquisas sobre o assunto.

Esta monografia, como as outras, é de grande valor para nós, pois testemunha que estamos, em relação ao serviço público, levando a efeito um programa de reorganização que nos igualará aos

países que até aqui têm sido apresentados como padrões em matéria de organização administrativa, tais sejam os Estados Unidos, a Inglaterra e o Canadá.

(Nota da tradutora)

A LEGISLAÇÃO QUE REGE ATUALMENTE O SERVIÇO PÚBLICO CIVIL NO CANADÁ

A legislação que presentemente rege a administração do pessoal no Domínio do Canadá, votada em 1918 e modificada em 1919, estendeu o princípio de competição a todo o serviço público civil e, ademais estabeleceu um sistema de classificação e remuneração para todos os cargos.

As principais disposições dessa lei são as seguintes :

1. As nomeações para cargos do serviço público civil serão feitas por concurso ;
2. As promoções no serviço público civil serão feitas por concurso ou por mérito ;
3. Será dada uma organização "standard" a todos os departamentos ;
4. Todos os cargos serão classificados, com igual vencimento para igual trabalho ;
5. Haverá regulamentações "standard" regendo tabelas de vencimentos, aumentos de vencimentos, transferências e licenças ;
6. Uma Comissão do Serviço Público Civil administrará o que ficou estabelecido acima.

COMO É EXECUTADA A LEI

Comissão do Serviço Público Civil

A Comissão do Serviço Público Civil, conforme determina a lei, é composta de tres membros no máximo, nomeados pelo Governador Ge-

ral em Conselho, mas demissíveis apenas por decisão conjunta do Senado e da Câmara dos Comuns. Suas atribuições resumem-se no seguinte:

- a) Examinar e decidir sobre as habilitações dos candidatos à admissão, transferências e promoções no Serviço Público Civil, e dar parecer sobre as suas pretensões, requeridas conforme a Lei ou as regulamentações descritas abaixo;
- b) De iniciativa própria, investigar e relatar sobre a execução desta Lei e representar no caso de violação de qualquer um dos seus dispositivos ou de sua regulamentação; e, mediante solicitação do diretor de um departamento, investigar e relatar sobre qualquer assunto relativo ao mesmo departamento, seus funcionários técnicos, burocráticos e outros servidores;
- c) Opinar sobre a organização ou projeto de reorganização de um departamento ou secção, ou do Serviço Público Civil em geral, ou sobre qualquer projeto de reforma em tal organização;
- d) Obter o serviço de pessoas competentes para ajudar a Comissão na execução de suas atribuições.
- e) Apresentar anualmente um relatório da organização e do pessoal, incluindo as atribuições e vencimentos deste último, relativo a cada secção do Serviço Público Civil.
- f) Providenciar sobre transferência dos extranumerários ou outros funcionários técnicos, burocráticos e trabalhadores, de setores do Serviço Civil, onde não sejam mais necessários, para outras secções onde o sejam.
- g) Outras atribuições como estas lhe são dadas pelo Governador em Conselho.

Nomeações por Concurso

A pedra fundamental da legislação do Serviço Público Civil é o princípio da nomeação por concurso. As prescrições da Lei que se referem a este princípio são:

Exceto onde haja expressa determinação em contrário, todas as nomeações para o Serviço Público Civil serão feitas mediante concurso. (Secção 20).

Tais exames podem ser escritos ou orais, ou em forma de uma demonstração de habilidade, ou ainda qualquer combinação destes; eles deverão ser de caráter a examinar judiciosamente e determinar a capacidade e habilitação dos candidatos para os cargos para que desejam ser nomeados; para esse fim podem ser empregados quaisquer métodos de investigação sobre a prática e aptidão para o trabalho, assim como exa-

mes de conhecimentos técnicos, testes de habilidade manual ou de capacidade física dos candidatos, a critério da Comissão. (Secção 26).

Notar-se-á que a Lei dispõe mais do que a simples eliminação dos candidatos sem habilitação. Em muitos outros sistemas de Serviço Público Civil o exame prescrito é meramente de natureza qualificadora. Entretanto, a Lei do Serviço Público Civil do Canadá vai muito mais longe e prescreve concurso, que, como foi dito em relatório recente da "Royal Commission" do Serviço Público Inglês, "foi introduzido (na Gran Bretanha) . . . com o fim de evitar os males do *pistolão* e deu bons resultados." O sistema de concurso é baseado em dois princípios: primeiro, que todo cidadão terá o direito de competir para cargos no serviço do seu país; segundo, que os melhores servirão ao Estado.

O primeiro passo na aplicação do sistema de competição, uma vez determinadas as condições preliminares de requisitos e vencimentos, é anunciar a abertura do concurso e prover para a inscrição das pessoas interessadas. O funcionário desejado é procurado no campo de atividade onde é mais provável encontrá-lo. Assim, pede-se a cooperação de instituições educacionais e organizações técnicas ou profissionais no sentido de chamarem a atenção de possíveis candidatos para o concurso.

Os cargos da sede do governo em Ottawa são abertos aos residentes de todo o Domínio, enquanto que os cargos locais são preenchidos onde as vagas ocorrerem.

O termo "concurso", como é usado na legislação do Serviço Público Civil, é definido como sendo qualquer método razoável para verificação da capacidade e do mérito relativo; sendo o melhor método de exame o que melhor selecionar funcionários públicos eficientes, e, de acordo com a segunda cláusula da Lei, pode ser utilizada qualquer forma de exame que produza o resultado desejado. Nos concursos para cargos burocráticos e classes inferiores incluem-se testes da educação do candidato, de sua inteligência geral e, quando necessário, um exame dos conhecimentos técnicos que o cargo requeira. Nos concursos para cargos técnicos ou especiais incluem-se os seguintes testes: (1) testes para determinar o grau de cultura, ou por meio de provas escritas ou por meio de títulos comprovados por diplomas escolares, graus de formatura, etc.; (2) testes de

prática e aptidão feitos por meio de declaração dos candidatos, atestada pelos seus empregadores anteriores; (3) testes técnicos, escritos, orais ou práticos, relacionados com as atribuições do cargo; (4) testes orais para comparar as habilitações para cargos que necessitem de capacidade de direção, iniciativa, etc.; (5) provas satisfatórias ou atestados de honestidade e idoneidade dos candidatos a cargos de natureza fiduciária ou confidencial.

No fim do concurso, classificam-se os candidatos aprovados por ordem de mérito, segundo as notas recebidas, e as nomeações são então feitas estritamente nessa ordem.

Os escolhidos são nomeados para um estágio de seis meses, durante o qual podem ser demitidos pelos respectivos departamentos, si não demonstrarem aptidão no exercício de seus cargos.

Preferência aos Veteranos da Grande Guerra.

Uma feição digna de nota na legislação do Serviço Público Civil do Canadá é a preferência dada aos veteranos da Grande Guerra, que tenham sido aprovados no concurso, particularmente àqueles que se tornaram incapazes, em consequência do serviço militar, de voltar às antigas profissões. Tais pessoas, quando aprovadas nos concursos, ocupam os primeiros lugares na lista de nomeações.

Promoções

A questão das promoções no Serviço Público Civil é regulada pela Secção 49 da Lei, que diz :

Promoção é a mudança de uma classe para outra imediatamente superior com uma remuneração mais alta; as vagas serão preenchidas por promoção, coerentemente com os interesses do Serviço Público Civil.

As promoções serão feitas por mérito, pela Comissão, tendo por base concursos, relatórios, testes, assentamentos, fichários, de acordo com as normas prescritas nos regulamentos da mesma Comissão.

Nas promoções são considerados tres factores : primeiro, antiguidade; segundo, nota de eficiência; e terceiro, capacidade para o cargo vago. Exames escritos são raramente utiliza-

dos e a seleção feita pela Comissão é quasi inteiramente baseada nas informações dadas pelos chefes dos departamentos sobre a eficiência e capacidade dos candidatos. A função da Comissão no tocante às promoções não é tanto a organização de testes de capacidade dos candidatos à promoção, como assegurar a estes um julgamento judicioso de suas aptidões, baseado nas informações dos chefes que melhor os conhecem e possam aquilatar o seu trabalho.

Organização, Classificação e Remuneração

A Lei faz certas provisões definitivas para a organização dos departamentos, para a classificação e remuneração dos cargos. De acordo com estas disposições é estabelecida uma organização para cada departamento a qual só pode ser modificada mediante o apóio do Ministro do departamento em questão, da Comissão do Serviço Público Civil e a aprovação do Conselho do Tesouro (*Treasury Board*).

Depois de um estudo dos vários tipos de cargos encontrados no Serviço, foi estabelecida uma classificação uniforme, especificando as habilitações requeridas e a justa remuneração para cada classe. Nestas classes foram distribuídos os cargos individuais do serviço, e, quando novas nomeações são necessárias, é feita uma análise semelhante para que, tanto quanto possível, seja respeitado o princípio de igual vencimento para igual trabalho.

Transferências

A Lei deixa a questão de transferências entre os diferentes cargos ou diferentes departamentos inteiramente aberta, sujeita à orientação geral da Comissão no sentido de assegurar que as pessoas transferidas estejam habilitadas adequadamente para exercer as atribuições dos cargos que irão ocupar.

Licenças

A Lei cria quatro tipos de licença com vencimentos : (1) licenças de férias; (2) licença por doença; (3) licença em certos casos previstos, tais como doença ou morte na família, quarentena, etc; (4) licença concedida quando um funcionário está sendo aposentado. Na maioria dos casos a licença é dada pelo chefe do departa-

mento, sujeita às regulamentações gerais estabelecidas para esse fim. Estas regulamentações concedem a licença, quando é perfeitamente necessária e justificada, proporcionalmente ao tempo de serviço do funcionário.

Aumentos de Vencimentos

A Lei dispõe que sejam concedidos anualmente aumentos de vencimentos dentro dos limites impostos pela classificação, por serviços meritórios e progressos realizados. Os aumentos de vencimentos são concedidos pelos chefes dos departamentos e a interferência da Comissão nesse caso é, praticamente, só para efeitos de registro.

Afastamento, Suspensão e Demissão

O poder de afastamento temporário do serviço ou de suspensão é, por lei, atribuído aos chefes de departamento, ou, em sua ausência, a seus substitutos. O poder de demissão é dado ao Governador Geral em Conselho.

No caso de disponibilidade, por motivo de extinção do cargo, o funcionário passa a receber uma pensão, e, de acordo com a Lei do Serviço Público Civil, terá preferência nas nomeações para cargos que esteja habilitado a exercer.

Pensões

Ha um sistema de pensões para os funcionários que fôrem afastados do serviço por motivo de incapacidade física, e para as viúvas e famílias dos que morrerem na miséria.

Negociação

Os "Whitley Councils" não foram estabelecidos no serviço público federal do Canadá, porém existem negociações gerais entre organizações de funcionários, departamentos governamentais e a Comissão do Serviço Público Civil.

Partidarismo Político

Os funcionários públicos não estão, por lei, impedidos de votar em eleições gerais ou locais, mas são proibidos de tomar parte em atividades partidárias em relação com eleições, ou de con-

tribuir, receber, ou de qualquer maneira lidar com dinheiro de partidos políticos.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

O número de pessoas empregadas no serviço público do Canadá foi dado, em 1933, como pouco menos de 60.000, das quais 11.000 aproximadamente localizadas em Ottawa.

Desde 1919 não houve grandes modificações na legislação do Serviço Público Civil. A Comissão, entretanto, julga necessário introduzir uma modificação no sistema de promoção prescrito pela lei. Nos serviços técnicos, novas nomeações ocorrem, não somente nos graus inferiores, como também nas mais altas classes, e o campo de onde pode ser selecionado o pessoal para as elevadas classes técnicas é assim inteiramente aberto. Nos serviços administrativos, a situação é diferente devido ao fato de que as nomeações burocráticas no sistema atual são todas praticamente para as classes iniciais. Havendo uma rígida observação do sistema de promoções criado por lei, os cargos mais altos dos serviços administrativos são preenchidos por funcionários que tenham ingressado nas classes iniciais da carreira, de onde galgaram a escada das promoções.

Conquanto seja bom o princípio de promoções, tem-se verificado ser necessário que, além das nomeações para as classes iniciais, deve haver algumas adições ao quadro de funcionários para as classes intermediárias e superiores, como é feito no Serviço Público Civil Britânico. Para tanto, a Comissão está instituindo um sistema de concursos, por meio do qual serão recrutados, cada ano, para os serviços administrativos, alguns candidatos de nível cultural universitário, abrindo assim o campo para subsequentes promoções para as mais altas classes administrativas.

Nos últimos dois anos, foram instituídas medidas no sentido de serem controladas pelo Tesouro as criações de cargos e consequente despesa com vencimentos. A Comissão do Serviço Público Civil tem sido utilizada como um elemento fiscalizador das decisões do Tesouro.

Embora ainda existam pequenos defeitos na legislação administrativa canadense, o seu bom êxito é geralmente reconhecido, pois conta com o apoio dos funcionários públicos civis e da opinião pública em geral.